

# Orçamento é aprovado no Congresso simbolicamente

14 DEZ 1989

CORREIO BRAZILIENSE

O Congresso Nacional aprovou, na noite de ontem, pelo processo simbólico de votação, o orçamento geral da União para 1990 — projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1990. A discussão e votação da matéria não levou nem meia hora, já que, de acordo com o presidente da comissão mista de orçamento, deputado Cid Carvalho, ela tinha sido discutida exaustivamente na

comissão.

O orçamento foi colocado em discussão no plenário do Congresso mas, como nenhum parlamentar quis discuti-lo, foi colocado imediatamente em votação, ressalvados os dois destaques, apresentados. A matéria foi aprovada com os votos contrários do PRN, PT, PC do B e PSDB. Em seguida, iniciou-se a votação dos destaques dos deputados José Serra (PSDB-SP) e Konder Reis (PDS-SC).

O deputado Serra queria a supressão da programação especial e o deputado Konder Reis propunha a transferência do dinheiro do Sistema Único de Saúde, diretamente da União para os municípios. Os dois destaques, também pelo processo simbólico de votação, foram rejeitados. Com isso, o orçamento para o ano que vem ficou aprovado nos termos exatos que foi aprovado pela comissão mista de orçamento, sem qualquer alteração do plenário do Congresso.

De acordo com o relator da matéria, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), a novidade do orçamento em relação à proposta do Executivo é a proibição do início de obras novas pelo atual Governo. Isso, para evitar o comprometimento do orçamento, que será cumprido em grande parte pelo futuro governo, que tomará posse em 15 de março de 1990.

O orçamento para o ano que vem, aprovado ontem pelo Congresso Nacional, e que irá agora à sanção presidencial, estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1990, a preços de maio deste ano.